

AS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E SUA ATUAÇÃO PLURIFACETADA

**MARCELO PEREIRA DA SILVA
(ORGANIZADOR)**

Atena
Editora
Ano 2020

AS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E SUA ATUAÇÃO PLURIFACETADA

**MARCELO PEREIRA DA SILVA
(ORGANIZADOR)**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências da comunicação e sua atuação plurifacetada [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Pereira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-951-6
 DOI 10.22533/at.ed.516202101

1. Comunicação. I. Silva, Marcelo Pereira da.

CDD 303.4833

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Muitas investigações científicas têm sido levadas a cabo na/pela área da comunicação e, quiçá, a hipótese central para alavancar o movimento de confluência e interdisciplinaridade na produção científica sobre os meios de comunicação, os sujeitos receptores/emissores, os suportes, as linguagens, os processos de (res)semantização e as interações sociais reside:

(1) *em um evidente esvaziamento das certezas e;*

(2) *na necessidade de abandonar as ações de demarcação territorial* (esta como consequência de concepções positivistas e funcionalistas que ainda figuram nos estudos da comunicação) e no rompimento de fronteiras/limites. Estas características estão intimamente vinculadas à famigerada contemporaneidade, tão fragmentada, confusa, transitória e líquida.

Os diálogos e confrontos de diferentes teorias, proposições e arcabouços teórico-metodológico-epistemológicos propõem novas perspectivas aos estudos da comunicação: olhares transversos sobre um mesmo objeto podem ser postulados, permitindo reformulações; determinismos podem ser deixados de lado e relativizações colocadas como premissas, pois o campo da comunicação mostra-se, cada vez mais, transdisciplinar, intradisciplinar, multidisciplinar e interdisciplinar, tornando-se um grande templo em construção, perpassado pela dialética, pela polifonia, pelo dialogismo e pela polissemia.

Os autores desta obra evocam, assim, o papel e as configurações das diferentes linguagens, sujeitos, materialidades, partilhas, conversações e paradoxos decorrentes de um contexto de midiatização “hiperfrenético”, (pre)ocupados com a compreensão de fenômenos sociais que envolvem as dimensões políticas, sociais, étnicas, culturais, sexuais e identitárias ligadas à atuação de diferentes atividades da comunicação, tais como as relações públicas, a publicidade e o jornalismo.

A comunicação é valor central de emancipação individual na sociedade midiatizada de consumo, valor, muitas vezes, entenebrecido pela lógica sociotecnológica do informacionalismo, da geração, do processamento e da transmissão de informações. Carecemos repensar o estatuto da comunicação em um mundo supersaturado de informação, de conteúdos e de tecnologias, colocando a alteridade em um contexto de onipresença que nos convida à intercompreensão, à tolerância e à comunicação em seu sentido ontológico.

Marcelo Pereira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS NA GESTÃO DAS MARCAS NA SOCIEDADE DE CONSUMO: APONTAMENTOS TEÓRICOS	
Jaynara Lima Silva Marcelo Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5162021011	
CAPÍTULO 2	11
VIOLÊNCIA DE GÊNERO: CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Jean Costa Sousa Carlos Henrique Martins Magno Luiz Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.5162021012	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DAS <i>DIGITAL PERSONAS</i> PARA A PUBLICIDADE CONTEMPORÂNEA	
Maria Clara Jaborandy Thiago Diniz do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.5162021013	
CAPÍTULO 4	35
RECIFE FRIO E O RECIFE NOS CURTAS-METRAGENS DE KLEBER MENDONÇA FILHO	
Filipe Brito Gama	
DOI 10.22533/at.ed.5162021014	
CAPÍTULO 5	47
INTERATIVIDADE E COMICIDADE NAS NOVELAS DE RÁDIO: POLIFONIA, SÁTIRA E PARÓDIA NA MÚSICA A <i>DOIS PASSOS DO PARAÍSO</i>	
Maria Gorete Oliveira de Sousa Diego Frank Marques Cavalcante Aryanne Christine Oliveira Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.5162021015	
CAPÍTULO 6	60
AVATAR: AS SOLUÇÕES DE CAMERON VÊM DO FUNDO DO MAR?	
Cassia Cassitas	
DOI 10.22533/at.ed.5162021016	
CAPÍTULO 7	73
KUNG FU PANDA E A AUTOPERCEPÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O TRATAMENTO DADO AO CORPO E À MENTE PELOS JOVENS DO SÉCULO XXI	
Giovanna Pordeus Brandão Monteiro João José de Santana Borges	
DOI 10.22533/at.ed.5162021017	

CAPÍTULO 8	81
MOVIMENTO RETRÔ NAS ANIMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	
Carla Lima Massolla Aragão da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.5162021018	
CAPÍTULO 9	94
COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA NA ESCOLA PROJETO JORNAL ESCOLAR “ACB EM FOCO”	
Nágila Kelli Prado Sana Utinói	
DOI 10.22533/at.ed.5162021019	
CAPÍTULO 10	99
MANUAL DIDÁTICO INCLUSIVO: CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA APLICATIVOS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA INCLUSÃO	
Larissa Buenaño Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.51620210110	
CAPÍTULO 11	110
JORNALISMO LITERÁRIO: O LEGADO DO REPÓRTER AUDÁLIO DANTAS EM FOCO	
Magnolia Rejane Andrade dos Santos	
Bárbara Isis Martins	
Lívia Cristina Enders de Albuquerque	
Rian Paulo Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51620210111	
CAPÍTULO 12	120
A OPINIÃO DO ESTADÃO NAS RUPTURAS POLÍTICAS DE 1964 E 2016	
Mauro de Queiroz Dias Jácome	
Luísa Guimarães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.51620210112	
CAPÍTULO 13	133
A BIOGRAFIA DE SI NO PROCESSO DA NARRATIVA: A EXPERIÊNCIA DA CORPOREIDADE COMO POTÊNCIA INVENTIVA E DE MICRORRESISTÊNCIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO	
Milena Reis Santiago Lima	
Alessandra Oliveira Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.51620210113	
CAPÍTULO 14	150
O EMBATE DAS ATRAÇÕES MUSICAIS DO SÃO JOÃO 2017 ATRAVÉS DE CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE: FORRÓ VERSUS SERTANEJO	
Antonio Roberto Faustino da Costa	
Luiz Custódio da Silva	
Luiz Felipe Bolis Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.51620210114	
CAPÍTULO 15	163
MÍDIA ALTERNATIVA BRASILEIRA: VOZ ÀS MINORIAS NO CIBERESPAÇO	
Liz Vieira Rodrigues	
Luísa Guimarães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.51620210115	

CAPÍTULO 16	171
A ARGUMENTAÇÃO CONTRÁRIA AOS DIREITOS HUMANOS DA COMUNIDADE LGBTI EM COMENTÁRIOS DE PORTAIS DE INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA, DISCURSIVA E ARGUMENTATIVA	
Leandro Lima Ribeiro Clebson Luiz de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.51620210116	
CAPÍTULO 17	184
O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NO CIBERATIVISMO LGBTQ+1	
Kevin Silva Santana Cabral Talita Medeiros da Costa Barbosa Gilsimar Cerqueira Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.51620210117	
SOBRE O ORGANIZADOR	192
ÍNDICE REMISSIVO	193

A OPINIÃO DO ESTADÃO NAS RUPTURAS POLÍTICAS DE 1964 E 2016

Data de aceite: 05/12/2019

Mauro de Queiroz Dias Jácome

Centro Universitário IESB, Brasília, DF

Luísa Guimarães Lima

Centro Universitário IESB, Brasília, DF

RESUMO: O artigo tem por objetivo comparar os discursos de *O Estado de São Paulo* nas quedas de João Goulart e de Dilma Rousseff. Tendo em mente o poder de influência na opinião pública, foram analisados dez editoriais nos períodos que cercam os dois fatos históricos. Com os resultados obtidos, foi possível visualizar pontos de conexão entre as linhas editoriais adotadas no sentido de moldar a opinião pública e convocá-la a pressionar as forças de oposição no sentido de afastar os dois presidentes do poder.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Editorial; Estadão; Golpe; Impeachment.

1 | INTRODUÇÃO

A queda do presidente da República em um país dito democrático não é, ou não deveria ser, um fato histórico comum. Muito menos quando é cercada de elementos obscuros e questionáveis em vários aspectos. A recente

ruptura política brasileira, com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, foi recheada de variantes que nos levam a refletir sobre o desenrolar e, se analisados a fundo, sobre a legitimidade do processo.

Os movimentos das principais peças vencedoras do jogo de xadrez disputado nos últimos anos são suspeitos: a coordenação sincronizada de agrupamentos - autointitulados falsamente como apolíticos - na propaganda, arregimentação e condução de massas em protestos ao governo Dilma; a guinada de partidos políticos e de seus quadros rumo à oposição mesmo sendo da base de apoio à esse governo; a atuação jurídica com forte teor político-partidário de segmentos do Poder Judiciário; a campanha massiva e contundente dos principais veículos de comunicação em oposição ao Partido dos Trabalhadores e a seus governos.

Esses fatores, e muitos outros, têm sido estudados e produzido volumosos argumentos. Na idealização deste artigo, alguns aspectos foram restringidos e outros ampliados. Com relação ao processo de impedimento de Dilma Rousseff, reduzimos a análise dos fatores à atuação da grande imprensa. Nesse segmento, limitamos a abrangência a um veículo de comunicação – jornal *O Estado de São Paulo* -

e ao gênero Editorial.

Para atender ao objetivo da pesquisa, procuramos outro momento histórico que tivesse características similares e relevantes. O Golpe Civil-Militar de 1964 teve ingredientes semelhantes: ambos os governos (João Goulart e Dilma Rousseff) tinham nuances de ideologias de esquerda; despertavam antipatia da elite empresarial e de importantes formadores de opinião; no momento da ruptura política, enfrentavam aguda crise econômica e estavam com o poder fragilizado.

A análise do posicionamento político do jornal O Estado de São Paulo nos processos de ruptura política em 1964 (deposição de João Goulart) e em 2016 (Impeachment de Dilma Rousseff) foi efetuada avaliando-se uma amostra de editoriais do veículo nos dias que antecederam as datas-chaves (31/03/1964 e 31/08/2016) e os imediatamente posteriores.

No caso de 1964, foram selecionados, também, editoriais dos dias que cercaram o comício de João Goulart na Central do Brasil, Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. O evento foi considerado uma das molas propulsoras da queda do presidente. Com relação ao impeachment de Dilma Rousseff, os editoriais que precederam e que sucederam o afastamento da presidenta (12/05/2016) foram incluídos na amostra analisada.

Foram escolhidos dez editoriais, cinco de cada período, que consideramos representativos para responder à questão-problema definida no início do desenvolvimento do trabalho de pesquisa: há similaridades no discurso do jornal Estadão às vésperas das quedas de João Goulart e de Dilma Rousseff? Os editoriais escolhidos foram:

- Os grandes comícios (12/03/1964)
- O direito pelo avesso (13/03/1964)
- O comício (14/03/1964)
- Uma lição da História para o Brasil (31/03/1964)
- O significado maior de uma vitória (02/04/1964)
- Depois do desastre, o esquecimento (11/05/2016)
- Retorno à irrelevância (12/05/2016)
- O PT abre o jogo (26/08/2016)
- Um tigre de papel (31/08/2016)
- O fim do torpor (31/08/2016)

Revisamos na literatura conceitos que dizem respeito aos processos de rupturas políticas e conceitos que se enquadram no objetivo dos veículos de comunicação de influenciar a opinião pública. Nos conteúdos dos editoriais, selecionamos mensagens

diretas e subliminares, termos que ajudassem na classificação dessas mensagens e analisamos a linguagem utilizada nos dois períodos de tempo. Os elementos observados teriam que responder algum dos seguintes questionamentos: se pedem, explícita ou implicitamente, pela saída de João Goulart e Dilma Rousseff; se indicam que a situação vai melhorar após a saída dos presidentes; quais argumentos (economia, constituição, ideologia, família, religião) utilizam para defender a saída; se definem os presidentes como autoritários, demagogos, incompetentes, manipuladores, comunistas, antipatriotas; se utilizam adjetivos depreciativos e preconceituosos contra os ex-presidentes.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Golpe de Estado

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, é a “subversão da ordem constitucional”. No entanto, por trás do conceito, há fatores desencadeantes e elementos constitutivos para a transição do estado de normalidade política para a “tomada do poder por meios ilegais” (BONAVIDES, 1994, p. 454).

Para que o poder político seja exercido na sua plenitude e atenda aos anseios sociais, é necessário que dois princípios sejam observados: o da legalidade e o da legitimidade. Segundo Bonavides (1994, p. 120), o princípio da legalidade pressupõe que as leis sejam cumpridas na sua plenitude: “todo poder estatal deverá atuar sempre de conformidade com as regras jurídicas vigentes”. À legitimidade, além dos requisitos legais, aderem-se questões subjetivas: “sua legitimidade será sempre o poder contido naquela constituição, exercendo-se de conformidade com as crenças, os valores e os princípios da ideologia dominante, no caso a ideologia democrática”. (BONAVIDES, 1994, p. 121).

Na contramão da normalidade institucional, há o Golpe de Estado. O autor relaciona as “características do golpe de Estado: a surpresa, a subitaneidade, a violência, a frieza do cálculo, a premeditação, a ilegitimidade” (BONAVIDES, 1994, p. 454). Observa-se que essas características não são, necessariamente, presentes em todos os golpes de estado. Devido à surpresa, à subitaneidade e ao descrédito em golpe pelo poder constituído, os militares não precisaram utilizar da violência no processo de tomada do poder no dia 31 de março de 1964. O regime utilizou-se de violência posteriormente, com o objetivo de aniquilar qualquer tentativa de oposição ao regime.

A premeditação pode ser vista por dois enfoques. Mesmo com o desejo aflorado de parte da sociedade civil - a grande imprensa, inclusive - da militar e, ainda, da internacional liderada pelos EUA, os movimentos conspiratórios não tinham concluído a organização do golpe. O General Olímpio Mourão Filho, ao partir com suas tropas

de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro para depor o presidente João Goulart, precipitou o golpe. Por outro lado, pelas revelações posteriores, mesmo que Mourão Filho não o tivesse feito, forças militares agiriam alguns dias depois.

A ilegitimidade, por sua vez, é elemento obrigatório, pois o golpe de estado acontece “sempre a expensas da Constituição e se apresenta qual uma técnica específica de apoderar-se do governo, independente das causas e dos fins políticos que a motivam” (BONAVIDES, 1994, p. 455).

Para Bobbio (1998, p. 555), “o Golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado”. Após a consolidação de Estados constitucionalistas pelo mundo, os golpes tendem a ter como ator principal os próprios detentores do poder político. E arremata: “Na maioria dos casos, quem toma o poder político através de Golpe de Estado são os titulares de um dos setores-chaves da burocracia estatal: os chefes militares.” (BOBBIO, 1998, p. 555).

O autor italiano define alguns indicadores para caracterizar Golpe de Estado, inclusive, diferenciando-o de revoluções (que propõe alterações nas relações políticas, econômicas e sociais): Os militares executam o golpe ou ficam neutros ou tornam-se cúmplices; geralmente, há a simples mudança de liderança política; pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política social, após a tomada do poder, há o aparelhamento da máquina burocrática e policial; redução da esfera política, com a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos. (BOBBIO, 1998, p. 557).

2.1.1 1964

A renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, deixou a débil organização política do Brasil por um fio até 1964. Logo após a saída de Quadros, houve resistência à posse do vice-presidente João Goulart. Após a tentativa de impedir que João Goulart assumisse o poder. O Congresso Nacional confirmou a posse de Jango, mas aprovou Emenda Constitucional que instalou o parlamentarismo com o objetivo de diminuir os poderes do presidente.

O governo de João Goulart foi recheado de problemas políticos e econômicos. Pressionado pelas esquerdas, vacilava em lançar mão de reivindicações desses setores. A situação econômica do país agravava-se. A inflação crescia ano a ano, os investimentos externos caíam, greves se multiplicavam. Enfim, ninguém estava satisfeito.

A crise tomou proporções exponenciais depois do comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. João Goulart lançava seu governo em prol das reformas atendendo os setores que “vinham há muito tempo procurando convencê-lo de que suas meias medidas conciliatórias eram a fonte de suas dificuldades políticas” (SKIDMORE, 1982, p. 346).

Os conservadores brasileiros, que já tinham ligado o sinal de alerta, inflamaram-se definitivamente e os protestos organizados pipocavam. Gaspari explica as reações:

A guinada dividira o país. O conservadorismo paulista respondera ao comício do dia 13 com uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade em que se reuniram perto de 200 mil pessoas (...). O Congresso, com maioria conservadora, mostrava-se disposto a bloquear os projetos de reforma e a cozinhar o surto esquerdista até o ano seguinte. (GASPARI, 2002, p. 48-49).

Não faltava mais nada para o golpe, exceto o estopim. E ele foi aceso no dia 30 de março de 1964, com participação do presidente numa reunião de sargentos no Automóvel Clube:

Foi uma decisão que correspondeu praticamente a um suicídio político. Deixando de lado o texto preparado de seu discurso, recusou-se a fugir à responsabilidade dos ataques à disciplina militar. O tom com que discursou foi o de uma beligerante oração de despedida. (...) o discurso de Jango foi transmitido pela televisão. Um dos espectadores, conspirador militar antigo, achou que chegara a hora de agir. (SKIDMORE, 1982, p. 362).

Esse espectador tinha nome: General Mourão Filho. O golpe explodiria no dia seguinte ao discurso do presidente, inclusive, com retaguarda dos EUA: “Em Washington, trabalhava-se havia dez dias na armação de uma força-tarefa naval que, em caso de necessidade, zarparia para a costa brasileira”. (GASPARI, 2002, p. 59).

De qualquer perspectiva que se olhe a substituição do comando do governo, é clara a aderência aos conceitos elaborados por Norberto Bobbio e Paulo Bonavides e outros conceitos clássicos presentes na literatura. Em suma, o enquadramento da deposição de João Goulart, em 1964, no conceito de Golpe de Estado está pacificado.

2.1.2 2016

Conforme vimos nas definições apresentadas anteriormente, o impeachment de Dilma Rousseff não obedece a algumas características formais. Retornando com a definição de Paulo Bonavides, o Golpe de Estado tem as seguintes características: “a surpresa, a subitaneidade, a violência, a frieza do cálculo, a premeditação, a ilegitimidade” (BONAVIDES, 1994, p. 454).

Os três primeiros elementos – surpresa, subitaneidade, violência – não estiveram presentes. No entanto, houve frieza do cálculo, principalmente com a articulação política de Eduardo Cunha e com as atitudes conspiratórias de Michel Temer, do PMDB, do PSDB, MBL, entre outros.

A premeditação também foi líquida e certa, ao ser construída a partir da primeira brecha político-legal, nem que para isso fosse necessário interpretar o arcabouço jurídico para encaixá-lo nos interesses dos que visavam o poder. A conspiração era cantada em verso e prosa pelos que assumiriam o poder.

A legitimidade foi, e ainda é, questionada. Não há elementos que tornem o processo de impeachment indiscutível. Nem os condutores da ruptura política têm essa

segurança, tanto é que se apegaram a um dispositivo “legal” inventado às pressas: “pelo conjunto da obra”.

Apesar da falta de alguns elementos constitutivos definidos na literatura para se classificar como Golpe de Estado e do pouco tempo decorrido para se ter opiniões menos controversas, os passos seguintes à saída da ex-presidenta trouxeram à tona os objetivos principais da movimentação política dos protagonistas. Para alimentar a tese do golpe, há a atitude condescendente desses atores com as mazelas, as denúncias de corrupção, as trocas de dinheiro público por votos favoráveis aos donos do poder seguintes a Dilma Rousseff. Percebe-se também a parcialidade não disfarçada de determinados magistrados, ao deixarem transparecer, em alguns casos, que protegem agentes flagrados em situações idênticas a outras em cujos autores foram condenados.

Como vimos anteriormente, Bobbio relaciona, na sua obra *Dicionário de Política*, alguns indicadores que auxiliam categorizar, ou não, Golpe de Estado às rupturas políticas. Dos cinco pontos, podemos dizer, primeiro, que o processo de impeachment foi conduzido pelos órgãos de Estado. No entanto, esse fator é neutralizado pela própria característica fundamentadora do impeachment, pois é, e deve ser, conduzido por órgão de Estado. Quanto às demais características: a) houve uma simples mudança de liderança política; b) o processo foi disparado e acompanhado por mobilização política e social (por exemplo, as denominadas *Jornadas de Junho*); c) mesmo que tenhamos presenciado, em uma ou outra ocasião, repressão a manifestações contrárias ao impeachment, não podemos cravar isso como uma característica; d) houve forte aglutinação política, mas pela conveniência fisiológica e não pela instituição de partido único.

A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro., Carol Proner, segue na linha de que houve um golpe contra Dilma Rousseff e é categórica:

(...) vivemos um Golpe, inédito, novidadeiro, branco, parlamentar, possibilitado por uma articulação corrupta midiaticizada e com o beneplácito da elite empresarial, de setores do Poder Judiciário e do Ministério Público para assaltar o poder sem disputar eleições. (PRONER, 2016, p. 14).

Ivana Jinkings também classifica que, em 2016, o Brasil viveu um Golpe de Estado. Segundo a autora, Dilma foi derrubada com base em "artimanhas jurídicas de diversos matizes" e por intermédio do "conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras" (JIKINGS, 2016, p. 12).

Ao aprofundar e estudar os fatores presentes nos dois períodos históricos brasileiros, emerge muito forte a famosa passagem de Karl Marx no livro *O 18 de brumário* de Luís Bonaparte:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos

e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (MARX, 2011, p. 25)

2.2 Jornalismo Opinativo

Jornalismo opinativo é um dos tipos existentes para cumprir algumas das finalidades do jornalismo: informar, documentar, analisar, prestar serviços. Antes, mais presente no jornalismo impresso e no rádio, hoje, faz parte dos telejornais e, principalmente, do webjornalismo. Segundo José Pedro Sousa:

O jornalismo opinativo é essencialmente persuasivo e baseia-se na argumentação, embora muitas vezes se assista à apresentação e valoração de fatos que alicerça a argumentação. Normalmente, o autor propõe e procura tecer juízos sobre a realidade, ou tenta fazer triunfar uma ou mais teses sobre assuntos da actualidade, por vezes à luz de princípios político-ideológicos. (SOUSA, 2004, p. 30).

José Marques de Melo (MELO apud NIXON, 1994, p. 28) utiliza-se da função do jornalismo opinativo definido por Raymond Nixon e reforça a ideia de formação de opinião, deixando o objetivo de persuasão implícito: “(...) reage diante das notícias, difundindo opiniões, seja as opiniões próprias, seja as que lê, ouve ou vê”.

Dentre os vários gêneros existentes no jornalismo opinativo, vamos ater ao editorial porque expressa a visão de mundo e os princípios defendidos pelo próprio veículo e não por terceiros.

2.2.1 Editorial

Ao editorial é reservado o posicionamento oficial do veículo de comunicação sobre os acontecimentos que cercam a sociedade. Conforme o quadro referencial dos dirigentes e da linha editorial, o veículo emite as opiniões. Além de sinalizar ao leitor seus pontos de vista, almeja conquistar adesões à interpretação dos fatos.

Como exprime uma interpretação e “é elaborado em conformidade com a linha de orientação do órgão jornalístico” (SOUSA, 2004, p. 100), em regra, o editorial não é assinado.

José Marques de Melo (1994, p. 95) define editorial como sendo “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão”, no entanto, chama a atenção sobre essa “opinião oficial da empresa”. Segundo Melo, o editorial não se restringe à opinião dos proprietários diretos, mas também dos acionistas majoritários, dos anunciantes, dos demais financiadores, inclusive, em alguns casos, do Estado.

Nesse complexo jogo de interesses, o discurso do editorial “constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico” (MELO, 1994, p. 96) que precisam ser conciliados.

Vários jornais impressos, em seus manuais de redação, conceituam editorial. Há

pontos de convergências, mas também nuances particulares e orientadores ao corpo editorial do veículo. A Folha de São Paulo tem a seguinte definição para editorial:

Texto que expressa a opinião de um jornal. Na Folha, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar o sarcasmo, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela Folha. (Folha de São Paulo, 2001, p. 66).

O Manual de Redação e Estilo do O Globo não define, especificamente, o editorial, mas o que entende por opinião:

O jornal diz o que pensa em seus editoriais; articulistas e colunistas fazem o mesmo em textos assinados, e para eles a liberdade de estilo é tão grande quanto a de opinar. (...) As notícias do jornal são a matéria-prima natural da opinião, mas não a única. O artigo ou editorial realmente útil suplementa a notícia com pesquisa e informação adicional. (GARCIA, 1992, p. 34)

No Manual de Redação e Estilo (Martins, 1997), de O Estado de São Paulo, está registrado que o jornal tem opiniões e os editoriais as externam. Por outro lado, o noticiário deve se pautar pela informação. Caso seja essencial alguma interpretação, o repórter deve submetê-la à Direção da Redação.

O Estadão mantém no seu site arquivo contendo o Código de Conduta e Ética seguido pela empresa. Na página 4, define a sua linha editorial

É o detalhamento da missão editorial. Sob o influxo da missão editorial, o Grupo define suas crenças fundamentais, seus valores e princípios. A linha editorial é a identidade do Grupo. É a visão opinativa do Grupo a respeito dos principais acontecimentos. (...). (O Estado de São Paulo, p. 4)

3 | O ESTADÃO E AS RUPTURAS POLÍTICAS EM 1964 E 2016

Percorrendo o material desses dois fatos históricos, observa-se que o Estadão tem aversão às práticas que fujam à cartilha tradicional conservadora (defesa da propriedade, do mercado, da supremacia do capital sobre o trabalho, pouca relevância às políticas públicas sociais). Se não se encaixarem nesses paradigmas, em regra, o jornal procura rotulá-las de comunismo, de subversão, de populismo ou de demagogia.

Ao se comparar os editoriais de 1964 com os de 2016, observa-se que houve mudança significativa na linguagem. Dos termos empolados que construíam um discurso quase de palanque dos anos 60 à narrativa atual, mais coloquial, mais agradável, próxima do cotidiano e que pode alcançar qualquer que seja a classe social.

Os editoriais de 1964 apresentavam sua oposição política a João Goulart ao atribuir-lhe adjetivos que giravam em torno do comunismo e de uma suposta ditadura que o ex-presidente estaria desenvolvendo.

A máquina de governo de Jango, as ações governamentais, a base de apoio, recebiam inúmeras qualificações para classificá-las como comunistas: “Estado-maior comuno-nacionalista”, “Órgãos competentes da ditadura”, “Evangelho vermelho”, “Revoluções comunistas”, “Táticas e receitas revolucionárias”, “Ideologia bolchevique”, “Minoria comunista”, “Estratégia e tática revolucionária”, “Ética revolucionária ortodoxa”.

Quanto ao regime, os textos eram recheados de termos que o definiam como uma “ditadura. E era comum encontrarmos “Regime pré-totalitário” ou “totalitarismo”. Para a mudança de regime, mencionava que estava a caminho uma “revolução” pelas “hostes revolucionárias”.

Para o ex-presidente, o periódico reservava palavras que o ligassem à “subversão” ou à “pregação subversiva” quando defendia as famosas reformas de base. A atribuição do termo “caudilho” foi muito comum a João Goulart. No episódio chamado de Revolta dos Marinheiros, em março de 1964, o Estadão escreveu que Jango tinha por objetivo o “estabelecimento do caos” e a “destruição da hierarquia” militar.

Cabem alguns exemplos para auxiliar na compreensão do exposto. No dia 12 de março de 1964, véspera do comício na Central do Brasil, o editorial Os grandes comícios comparou o evento no Rio de Janeiro a alguns realizados por ditadores europeus: “Mussolini, Hitler, Franco reuniam, nos tempos áureos do fascismo, mais de 500 mil pessoas nas praças públicas para ouvir suas arengas” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1964a, p.3).

O *direito pelo avesso*, de 13 de março de 1964, tratou da ameaça do ex-presidente de intervenção na Associação Comercial do Rio de Janeiro, após um de seus diretores conclamar, “as classes produtoras para a defesa da Constituição e das instituições do regime” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1964b, p.3). O jornal expõe: “S. Exa. não perde oportunidade de manifestar o seu repúdio a tudo o que caracterize verdadeiramente a democracia, aliando-se publicamente, para a sua desfiguração, aos mais notórios propagandistas das ideologias totalitárias” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1964b, p.3).

No dia seguinte aos discursos do presidente na Central do Brasil, o editorial *comício* qualificou a atmosfera brasileira como um período revolucionário: “Ditadura, embora não institucionalizada, é uma situação de fato. (...) a revolução foi pregada (...) [Leonel Brizola] se julga na Rússia de 1917” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1964c, p.3).

Observa-se que a posição oficial do jornal era pela destituição de João Goulart. Não houve trégua no período que antecedeu ao Golpe Civil-Militar de 1964 e houve comemoração quando o Exército Brasileiro tomou o poder das mãos de Jango. Inclusive, por mais paradoxal que possa parecer, o jornal definiu no editorial *O significado maior* de uma vitória, do dia seguinte ao golpe, que, com a intervenção militar, “a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1964c, p.3).

Transpondo os cinquenta e dois anos que separam a deposição de João Goulart e o processo de afastamento e de impeachment de Dilma Rousseff, o jornal O Estado

de São Paulo mudou as palavras, mas manteve a linha editorial avessa aos governos posicionados mais à esquerda.

Em 2016, o termo comunismo e outros que o cercam foram substituídos pelo “Lulopetismo”. Este termo, com fundo pejorativo, tem por objetivo rotular qualquer ação que tenha proximidade com as políticas adotadas pelos governos do PT. Apesar de abstrato e genérico, é atribuído aos militantes ou mesmo a quem defenda o Partido dos Trabalhadores ou alguma política pública dos governos de Lula e Dilma Rousseff e, ainda, tenha simpatia pela personalidade do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Outra estratégia utilizada para mostrar ao seu leitor sua oposição aos governos do PT, foi direcionar suas críticas muito mais ao ex-presidente do que a Dilma Rousseff.

Em 12 de maio de 2016, dia da aceitação para o início do processo de impeachment de Dilma Rousseff, o editorial *Retorno à irrelevância* é recheado de referências a Lula. Entre elas, o seguinte trecho resume a opinião do veículo em relação ao ex-presidente:

Julgando-se um semideus da política, Lula criou Dilma do nada e empenhou seu capital político para conduzi-la ao cargo mais alto da administração do País, apenas para provar que podia. Portanto, é na descomunal vaidade de Lula que se deve procurar a origem da profunda crise que o País ora enfrenta – e foi em reação a essa irresponsabilidade que o País se levantou, em apoio ao impeachment de Dilma e em repúdio a Lula. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016b, p.3)

A Dilma, o jornal, quase que invariavelmente, reservava o termo “incompetência”. Ficou clara essa referência em *O fim do torpor*, de 31 de agosto de 2016: “Dilma não apenas contrariou seu criador, ao insistir em concorrer à reeleição, como o enterrou de vez, ao provar-se a maior incompetente que já passou pelo Palácio do Planalto” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016e, p.3).

Ao se referirem a Lula, os editoriais o definiam como manipulador, charlatão, populista. Além disso, qualificavam suas ações como sendo voltadas para preparar o terreno para uma volta ao Palácio do Planalto, primeiro em 2014, por fim, em 2018. Diferentemente de 1964, quando o Estadão se referia basicamente à figura do presidente João Goulart, em 2016, o jornal preferiu influenciar a opinião pública não limitando críticas à ex-presidenta, mas também ao PT e principalmente a Lula.

Pode-se expor, para fins de exemplificação, outro trecho do editorial *O fim do torpor*, que dá mais relevância ao ex-presidente do que a Dilma Rousseff, mesmo esta sendo a figura central naquele momento:

O impeachment da presidente Dilma Rousseff será visto como o ponto final de um período iniciado com a chegada ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, em que a consciência crítica da Nação ficou anestesiada. A partir de agora, será preciso entender como foi possível que tantos tenham se deixado enganar por um político que jamais se preocupou senão consigo mesmo, com sua imagem e com seu projeto de poder; por um demagogo que explorou de forma inescrupulosa a imensa pobreza nacional para se colocar moralmente acima das instituições republicanas; por um líder cuja aversão à democracia implodiu seu próprio partido,

transformando-o em sinônimo de corrupção e de inépcia. De alguém, enfim, cuja arrogância chegou a ponto de humilhar os brasileiros honestos, elegendo o que ele mesmo chamava de “postes” – nulidades políticas e administrativas que ele alçava aos mais altos cargos eletivos apenas para demonstrar o tamanho, e a estupidez, de seu carisma. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016e, p.3)

Em outros momentos, a linha editorial trouxe afirmações que podem ser definidas como preconceituosas. No dia da votação do impeachment, 31 de agosto de 2016, no editorial *O fim do torpor*, usa as seguintes expressões: “lorotas que o ex-metalúrgico contou” e “quando o ex-retirante nordestino chegou ao poder”. Apesar de atributos verdadeiros (ex-metalúrgico e ex-retirante nordestino), a construção textual e o contexto podem induzir o leitor a interpretar os termos de forma estereotipada e, por consequência, preconceituosa.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve similaridades no discurso do jornal O Estado de São Paulo no período em torno das quedas de João Goulart e de Dilma Rousseff? Sim. Muitas. O discurso conservador é, talvez, a maior característica do jornal e é observada em qualquer opinião do jornal na linha do tempo. O jornal nunca se mostrou simpático a qualquer governo que fugisse da lógica que envolvesse estes elementos: a tradição, a propriedade privada, o mercado, o trabalho subordinado ao capital.

Podemos relacionar esse discurso às duas rupturas políticas discutidas neste artigo, pois os governos de João Goulart e Dilma Rousseff, bem ou mal, buscavam inserir na pauta das políticas públicas temas que fugiam da lógica do núcleo duro do capitalismo. Um ou outro defendia reforma agrária, nacionalização de recursos estratégicos, transferência de renda para as classes menos favorecidas, valorização da mulher.

O Estadão tem por regra editorial rotular medidas que vão no sentido oposto aos seus paradigmas de ferirem o interesse nacional e de seguirem no caminho contrário à opinião pública.

Há indícios de influência nos processos das rupturas políticas, ao contribuir com a criação de figuras estereotipadas, numa aliança tácita com outros grandes formadores de opinião. Em 1964, os editoriais insistiram permanentemente em aderir ao presidente João Goulart os rótulos de “revolucionário”, “comunista”, “subversivo”. A Dilma, o termo “incompetente” cercou, principalmente, nos momentos decisivos de seu governo.

Apesar de o foco deste artigo ser a relação do jornal O Estadão com os governos de João Goulart e de Dilma Rousseff, ficaria incompleto não estabelecer conexão com Luís Inácio Lula da Silva. Nas mensagens diretas e subliminares do periódico, o ex-presidente surge como maior inimigo. Raramente, as ações da presidenta Dilma são dissociadas do ex-presidente. Percebe-se com clareza que um possível retorno à

presidência da República em 2018 perturba os dirigentes de O Estadão e o processo de impeachment, com seus ingredientes políticos, foi o terreno ideal para atacar Lula.

O processo contínuo e sistemático de qualquer veículo de comunicação de dirigir ao leitor determinados conceitos tem por objetivo formar opinião. E essa foi a intenção de O Estadão ao construir seus editoriais em 1964 e em 2016. Obviamente conseguiu. Parte do que se viu nos movimentos contrários a João Goulart e a Dilma Rousseff tinham contribuição do jornal.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 17ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.
- FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- F. DE SÃO PAULO. **Manual da redação**. 7ªed. São Paulo: Publifolha, 2001.
- GARCIA, Luiz (org.). **O Globo. Manual de Redação e Estilo**. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1992.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- JINKINGS, Ivana; Doria, Kim; Cleto, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MARTINS, Eduardo (org). **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3ª ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MELO, José M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NIXON, Raymond. **Análisis sobre periodismo**. Quito: Ciespal, 1963.
- O ESTADO DE SÃO PAULO, **Código de Conduta e Ética**. Disponível em: http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf. Acesso em: 25/09/2017.
- _____. Os grandes comícios. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 12 mar. 1964a.
- _____. O direito pelo avesso. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 13 mar. 1964b.
- _____. O comício. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 14 mar. 1964c.
- _____. Uma lição da História para o Brasil. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 31 mar. 1964d.
- _____. O significado maior de uma vitória. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 02 abr. 1964e.
- _____. Depois do desastre, o esquecimento. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 11 mai. 2016a.

_____. Retorno à irrelevância. **O Estado de São Paulo**, p. 3. 12 mai. 2016b.

_____. O PT abre o jogo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 26 ago. 2016c.

_____. Um tigre de papel. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 31 ago. 2016d.

_____. O fim do torpor. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 31 ago. 2016e.

O GLOBO, **Princípios Editoriais**. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 24/09/2017.

PRONER, Carol (Org.) et al. **A resistência internacional ao golpe de 2016**. Bauru, São Paulo: Canal 6, 2016.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUSA, Jorge P. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso, um guia para estudantes de graduação**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alagoas 110, 113, 117, 118
Análise de conteúdo 12, 22, 150, 151, 153, 154, 160, 161
Análise do discurso 132, 171, 173, 175, 182, 183
Animação digital 81, 82
Aplicativos 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108
Avatar 60, 61, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72

C

Cameron 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72
Campanhas publicitárias 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22
Canção 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58
Ciberativismo LGBTQ+1 184
Ciberespaço 10, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 172, 190
Cinema Retrô 81
Comunicação 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 41, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 58, 59, 60, 73, 80, 81, 93, 94, 99, 100, 101, 103, 104, 109, 110, 118, 119, 120, 121, 126, 131, 133, 140, 143, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 169, 170, 171, 172, 175, 182, 184, 185, 187, 188, 190, 192
Consumidor 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 104, 188, 192
Corporeidade 77, 133, 134, 136, 138, 140, 145, 146
Critérios de noticiabilidade 139, 141, 142, 143, 145, 150, 151, 152, 153, 155, 160, 161

D

Design 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109
Digital Personas 24, 25, 27, 28, 30, 32
Direitos Humanos 11, 13, 164, 171, 172, 173, 181, 183
Diversidade Sexual 171, 172, 173, 180, 181, 182, 183
Documentário 35, 36, 37, 38, 41, 42, 45, 46, 64

E

Editorial 98, 120, 121, 126, 127, 128, 129, 130, 155, 156, 182
Educação 11, 23, 47, 73, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 117, 133, 161, 182, 192
Educação Inclusiva 99, 100, 104, 106
Escola Pública 102
Estadão 120, 121, 127, 128, 129, 130, 131

F

Festejos juninos 150, 151, 152, 160, 161

G

Gestão de projetos 99

I

Imprensa alternativa 163, 164, 165, 166, 168, 170

Inclusão 32, 99, 101, 102, 103, 104, 108, 109, 184, 187, 188

Indústria Cultural 73, 74, 75, 77, 161

Interatividade 6, 47, 48, 49, 59, 104, 107, 153, 166

Intertextualidade 36, 81

J

Jornal Escolar 94, 95, 96

Jornalismo 11, 22, 23, 73, 94, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 126, 131, 133, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 170

Jornalismo literário 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119

K

Kung Fu Panda 73, 77, 78, 79

L

Lei Maria da Penha 12, 13, 14, 15, 20

Live-action 81, 82, 87, 88

M

Marcas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 24, 25, 26, 27, 29, 33, 39, 47, 55, 176, 191

Mídia regional 150, 152, 154, 160

Midiativismo 163, 166

N

Narrativa jornalística 133, 138, 140, 141, 143, 145, 147

Netflix 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 101

Novela de rádio 47, 48, 49, 51, 52

P

Projeto Poético 35, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46

R

Recife Frio 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45

Redes Digitais 82, 166

Relações Públicas 1, 7, 8, 9, 10, 11, 192

Representação 25, 28, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 45, 50, 51, 81, 82, 85, 93, 189

S

Semiótica Discursiva 171, 173, 182

Subjetividade 28, 33, 133, 134, 135, 136, 138, 143, 145, 147

T

Transdisciplinaridade 94, 95, 98

V

Violência de gênero 11, 12, 21

 **Atena**
Editora

2 0 2 0